

AO ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DE ELIAS FAUSTO.

REF.: PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO COM ESCLARECIMENTO AO PREGÃO Nº 10/2024.

A empresa SIEG APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua José Merhy, 1266, com endereço eletrônico juridico@sieg-ad.com.br, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 06.213.683/0001-41, por intermédio do seu representante infra-assinado, vem tempestivamente e com fulcro no artigo 164 e seus parágrafos da Lei Federal nº 14.133/2021, apresentar **PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO COM ESCLARECIMENTO** em face do Edital em epigrafe, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

1. SÍNTESE FÁTICA

A Administração, instaurou procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, visando a *“Registro de Preços visando futuras e eventuais aquisições de licenciamento anual de softwares educacionais, da prestação de serviços de locação e instalação de equipamentos, bem como serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial para compor salas tecnológicas, para modernização do ensino Municipal, com ênfase no ensino infantil e fundamental, para os alunos deste município, pelo período de 12 meses, conforme especificações constantes do Anexo - Termo de Referência do Edital..”*.

Todavia, a presença de vícios que podem vir a macular todo o processo, cujo esclarecimento se mostra indispensável à abertura do certame e à formulação de propostas.

Face ao evidente interesse público que se observa no procedimento em voga, por sua amplitude, SOLICITA-SE COM URGÊNCIA a análise do mérito deste esclarecimento pelo (a) Sr. (a) Pregoeiro (a), a fim de evitar prejuízos maiores para o erário público, o qual certamente será lesado caso o Edital permaneça nos termos atuais. Tal é o que se passa a demonstrar.

2. PRELIMINARMENTE

Informamos que o presente documento conta com assinatura digital, em conformidade com a Medida Provisória nº 2.200-2/01, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP - Brasil) e requisitos formais e técnicos para a autenticação digital de documentos públicos ou privados, cujo integral cumprimento concede ao documento autenticado digitalmente o mesmo valor probatório dos originais (art. 2º-A, §2º da Lei nº 12.682/2012).

Ademais, conforme disposição da Lei 14.133/2021 em seu artigo 12, §2º:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

§ 2º É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Desse modo, entende-se que será dispensado o protocolo da via original deste documento, dada a validade jurídica a ele instituída.

3. DAS RAZÕES

Inicialmente, cumpre mencionar que o presente pleito pretende afastar, do procedimento licitatório, as exigências feitas em extrapolação ao disposto no Estatuto que disciplina o instituto das licitações. O pleito se justifica inclusive para evitar que ocorra alguma restrição desnecessária aos possíveis e capacitados licitantes, obstando a **BUSCA DA CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA** para Administração Pública.

Nesse sentido é necessário destacar que embora a Administração possua a discricionariedade de escolha do objeto, a Supremacia do interesse público deve prevalecer em relação aos interesses particulares, razão pela qual, demonstrado que o lote pode limitar a competitividade, no mínimo a Administração deveria proceder com a verificação e estudo dos fatos, a fim de evitar danos ao erário

A licitação, assim, destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e deve ser processada e julgada obedecendo os princípios básicos, previstos no art. 3º da Lei de Licitações, quais sejam: Legalidade, impessoalidade, moralidade, probidade.

Mediante a ótica de que é um procedimento sedimentado em Lei, **a licitação não pode ser conduzida ao bel prazer da Administração**, em afronta ao princípio da impessoalidade, pois a Administração Pública deve agir com imparcialidade a fim de garantir a contratação da proposta mais vantajosa, através de critérios objetivos.

Vejamos abaixo os pontos do edital que possuem o condão de diminuir a competitividade.

DA DIVISÃO DO EDITAL EM LOTE

Quanto ao LOTE verifica-se que Edital está disposto em lotes,

Ocorre que, a junção destes itens em lotes, não está de acordo com a razão pela qual foi criada a possibilidade de licitação por lotes, **que seria apenas em casos excepcionais.**

A cumulação dos itens divisíveis em lotes da forma como o Pregão Eletrônico se encontra, o faz estar em desacordo à Constituição Federal, a legislação pertinente e ao entendimento dominante do TCU, eis que manifestamente restringe a participação dos licitantes interessados e capazes de oferecer a melhor proposta.

Não bastasse isso, o entendimento dominante do TCU é pela **excepcionalidade da aquisição por lotes**, podendo ser utilizada apenas quando houver divisibilidade do objeto, a fim de se permitir a ampla participação dos interessados, bem como a efetiva busca pela melhor proposta. É neste sentido a **Súmula nº 247**:

"É obrigatória à admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade".

É por esta razão que pode-se afirmar que não haverá qualquer prejuízo à Administração Pública ao realizar o desmembramento dos itens constantes do edital, seja em razão do conjunto em si, isto é, de sua complexidade, ou em razão da economia de escala.

Ora, nada impede que os interessados e capacitados em apresentar propostas para ambos os produtos o façam (ainda que estejam separados por itens), pois caso sejam capazes de oferecer o melhor preço em ambos os produtos, certamente irão adjudicá-los, de forma a fazer jus aos princípios da ampla competitividade e isonomia, já que até mesmo os fabricantes especializados em apenas uma linha de produtos poderão oferecer às suas propostas.

De forma a facilitar o entendimento e expô-lo na prática, suponha-se, por exemplo, a instauração de uma licitação visando contratar diferentes veículos, tendo como objetivo o transporte e locomoção de policiais para o patrulhamento. Neste caso hipotético, a Administração pretende adquirir 04 (quatro) tipos diferentes de veículos, a seguir especificados, que serão licitados em um único Lote:

a) *Veículo TIPO 1: veículo automotor de 04 rodas, tipo passeio popular, 02 portas, para 05 pessoas, de, no mínimo, 1.000 cilindradas, sem ar condicionado;*

b) *Veículo TIPO 2: motocicleta de 02 rodas, para 02 pessoas, de no mínimo, 125 cilindradas;*

c) *Veículo TIPO 3: veículo automotor de 04 rodas, tipo misto pessoas/utilitário (tipo caminhonete), 02 portas, para 02 pessoas na frente, com separação total na parte traseira para possibilitar seu uso como viatura policial e com possibilidade de carga de, no mínimo, 01 tonelada;*

d) *Veículo TIPO 4: bicicleta, de 02 rodas, aro 29, para 01 pessoa, com no mínimo 10 marchas.*

Neste caso, assim como para o certame em apreço, não necessariamente um licitante interessado terá todos esses diferentes tipos de veículos em seu portfólio de vendas: pode ser especializado apenas em motos ou bicicletas (tipos 2 e 4), possuindo preços realmente muito competitivos no mercado, mas o fato de não trabalhar com veículos automotores de pequeno e médio porte (tipos 1 e 3), lhe prejudicará sobremaneira, impedindo-o de participar do Certame,

pois a avaliação do preço considera apenas o Lote, o que fere gravemente o Princípio da Competitividade e o Princípio da Busca da Proposta Mais Vantajosa pela Administração.

Por isso preferem-se as aquisições por itens nestes casos. **Seria improvável encontrar empresas suficientes capazes de oferecer propostas vantajosas e tornar o certame competitivo. Ademais, repete-se: a aquisição por itens é a regra.**

Ressalte-se, ainda, que os equipamentos ora licitados **funcionam independentemente**, sem qualquer inter-relação, ainda que sejam totalmente compatíveis entre si. Dessa forma, a necessidade de manutenção de cada um deles não será afetada em razão da licitação por itens. Isso porque “se” e “quando” um dos equipamentos apresentarem problema, a empresa contratada para aquele item será convocada a comparecer para prestar a assistência necessária.

Veja que, todos os serviços de manutenção, assistência, entre outros já estão incluídos no valor máximo de cada item, ou seja, não serão cobrados à parte. Logo, não haverá quaisquer encargos para a Administração Pública nas visitas que se farão para repor, manusear e corrigir eventuais falhas de equipamentos. Assim, descartam-se possíveis argumentações a favor das aquisições por lotes em razão de uma (inexistente) facilitação da manutenção.

É por estas razões que, inexistem justificativas para a junção em um mesmo lote dos produtos ora licitados, tratando-se provavelmente de um equívoco que deve ser corrigido para que se tenha o devido prosseguimento do certame.

Ainda, observamos que a **concentração de itens de naturezas distintas em um único lote** prejudica o princípio da **ampla participação**. A inclusão de produtos tão diferentes, como tablets e outros equipamentos tecnológicos, em um único grupo, limita o número de fornecedores que possuem capacidade técnica e comercial para atender a todas as especificações exigidas. Isso restringe a competição e tende a elevar os preços, em prejuízo à administração pública.

Em termos de especificidade, os produtos incluídos no lote possuem **naturezas distintas**, o que justifica a separação. Tablets são equipamentos com características tecnológicas e mercadológicas bastante específicas, enquanto outros itens do mesmo lote podem não demandar o mesmo nível de sofisticação ou especialização técnica. A inclusão desses itens em lotes separados possibilitaria a participação de um número maior de licitantes especializados, o que favorece a **competição e o melhor uso dos recursos públicos**.

Ainda, a análise de editais similares demonstra a predominância de empresas como **MBR** e **XTREME** (que distribui produtos da MBR) em certames com características semelhantes. Licitações recentes, como as encontradas nos seguintes documentos, indicam a recorrência dessas empresas em editais estruturados de forma semelhante:

1. **DO/SP:** https://www.dosp.com.br/exibe_doc.php?i=MTM0NjlyOQ==
2. **Ata da MBR em Itajubá:**
https://www.mbr.net.br/mbr_admin/public_html/default/imagens/documentos/ata-itajuba.pdf
3. **Contrato em Pilar do Sul:**
<https://www.pilardosul.sp.gov.br/public/admin/globalaraq/contrato/arquivo/b8ec8cca61e740c03c9e942b162e33a3.pdf>
4. **Licitação em Pilar do Sul:**
<https://www.pilardosul.sp.gov.br/public/admin/globalaraq/licitacao/arquivo/9c43cbb419f3c91b2eb8273fa1337015.pdf>

Essas evidências sugerem que a **estruturação atual do lote pode estar direcionada**, favorecendo certos fornecedores, o que compromete a **isonomia** do processo licitatório. A separação dos itens em diferentes lotes mitigaria essa percepção de direcionamento e garantiria a **transparência e a equidade** no certame.

Diante disso, é por certo que há limitação na ampla participação obrigatória a todos os certames, o que pode e deve, com todo o respeito, facilmente ser corrigido com a simples aquisição dos produtos através de compra por itens, portanto, **requer-se desde logo que a disputa deixe de ser por lote, e passe a ser por itens.**

Veja que, apenas com o desmembramento do lote, torna-se nítida o quanto haverá a ampliação da competitividade no certame, tendo em vista os inúmeros fabricantes que atuam somente um tipo de fornecimento.

O presente pedido encontra amparo na Súmula 247 do Tribunal de Contas da união, bem como, no artigo 37 da Constituição Federal e nos princípios basilares da licitação, que estão a todo momento frisados na Lei Federal nº 14.133/2021.

DO PRAZO DE ENTREGA

Ademais, é o edital: "Prazo de entrega: 30 dias corridos; Prazo de amostra: 5 dias uteis".

Tal prazo não está alinhado com a quantidade de equipamentos solicitada em edital.

Ocorre que, a exigência editalícia acima se consigna em condição manifestamente comprometedora e restritiva ao caráter competitivo que deve presidir toda e qualquer licitação, haja vista a absoluta impossibilidade de entrega do objeto licitado dentro do prazo de 15 dias, considerando a atual realidade do mercado.

Isto porque, devemos considerar, principalmente, todo o processo de fabricação de diversos itens licitados no presente edital, que envolve as etapas de aquisição de matéria prima,

planejamento da produção, a produção propriamente dita, testes de produção e controle de qualidade, faturamento, transporte, dentre outros pormenores.

Além disso, a depender da localidade onde está situada a fabricante, estes prazos somados podem chegar facilmente a 30 (trinta) dias desde o recebimento do pedido até a entrega no cliente, sem olvidar que o Brasil é um país de significativas dimensões continentais.

Ora, este é mais um fato que demonstra a dificuldade que a maior parte dos licitantes encontrará, em cumprir o prazo indicado no edital,

Não bastasse, observe-se também que vários itens podem ser compostos de insumos importados, o que, necessariamente impacta em pelo menos mais 30 (trinta) dias de acréscimo nesse processo produtivo.

Veja que, a flexibilização do prazo de entrega conforme a realidade atual do mercado viabiliza a participação de inúmeras empresas que possuem condições de fornecer o objeto do certame com preço justo e com a qualidade necessária, evitando que o certame venha a ser fracassado por falta de competitividade.

Diante do exposto, considerando a situação atual e a razoabilidade e proporcionalidade que sempre deve se pautar a Administração Pública, garantindo a participação de um maior número de fornecedores, **entendemos que mediante justificativa plausível, estaria aberto a futuras propostas de prorrogação de prazo de entrega por parte do licitante vencedor. Está correto nosso entendimento?**

Subsidiariamente, caso o nosso entendimento não seja o mais acertado para esta Administração, o que não se espera e acredita, impugna-se, desde já, o prazo de entrega e de amostra, por ofender a ampla competitividade, vantajosidade e isonomia, princípios elencados no artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, de forma que haja a sua ampliação para 60 (sessenta) e 30 (trinta) dias, respectivamente.

DO DESCRITIVO TÉCNICO DO ITEM .03

Por fim, verifica-se que o descritivo técnico do item 03 não está alinhado as melhores práticas em licitação.

Ao analisarmos os softwares pedidos, vimos que parecem ser uma referência aos softwares que compõem o lote 2 do edital. Sendo assim, compreendemos que o que é necessário é que os dispositivos (item 04) sejam compatíveis com os softwares educacionais do item 2. Como o edital especifica que a lousa e mesinha precisam ser Android, a compatibilidade será dada pelo sistema operacional da Mesinha e lousa. Está correto o nosso entendimento?

Ademais, as dimensões do produto não parecem possíveis de serem cumpridas com a tela específica, já que a tela de 32 polegadas faria com que a mesinha tivesse mais de 40cm de largura. Ou seja, a largura mínima para que a mesinha acomodasse uma tela de 32 polegadas seria de 398mm (da área útil) + altura da moldura da tela + altura da moldura do tampo da mesinha.

Ao mesmo tempo, a largura máxima definida em edital é de 400mm, ou seja, não parece ser possível de cumprir com as exigências do edital.

Além disso, as dimensões do produto e tamanho da tela não parecem ser comuns, como podemos verificar comparando as dimensões com produtos encontrados no mercado:

PlayTable: Tela 21.5" e 90 x 61 x 61 cm

Quinyx: Tela 21.5 polegadas e 88 x 64 x 61 cm

Brink Mobil: Tela 21.5 polegadas

EducaNave: Tela 21.5 Polegadas

A especificação de medidas fixas, sem qualquer margem de variação, restringe indevidamente a concorrência e contraria os princípios da ampla participação e competitividade, que devem reger o processo licitatório.

Verificamos que o edital propõe um **tamanho não padrão**, que não considera os principais produtos atualmente disponíveis no mercado. Essa exigência limita significativamente a capacidade dos licitantes de ofertarem produtos que atendam às especificações, uma vez que o mercado de telas interativas e produtos similares segue padrões bem definidos, geralmente com pequenas variações dimensionais entre os modelos.

A exigência de medidas exatas, sem a devida flexibilidade para tolerâncias dimensionais comuns ao setor, **exclui da competição modelos amplamente reconhecidos e consolidados no mercado**. A imposição de uma especificação de tamanho que não reflete os padrões industriais faz com que vários produtos compatíveis, de qualidade e eficiência comprovada, sejam desconsiderados, resultando em uma possível redução do número de participantes e no aumento dos custos para a administração pública.

Em especial, sugerimos que o edital permita a inclusão de produtos com medidas aproximadas e que aceitem o tamanho de 21.5 polegadas, o que inclui a maioria dos produtos amplamente disponíveis no mercado. A adoção dessa medida garantirá uma maior competitividade, ampliará o número de licitantes e possibilitará a oferta de produtos de alta qualidade, sem comprometer a funcionalidade ou a eficiência pretendida pelo órgão.

Por fim, ressaltamos que o princípio da **economicidade** deve prevalecer em processos licitatórios, buscando-se o melhor custo-benefício para a administração pública. A rigidez nas especificações de medidas, sem justificativa técnica clara, resulta na restrição de ofertas, prejudicando a obtenção de propostas mais vantajosas.

Diante disso, solicitamos que o órgão licitante revise o edital e adote medidas aproximadas para o item 03, de forma a incluir telas de 21.5 polegadas, permitindo a participação de mais fornecedores e assegurando a competitividade e a economicidade no certame.

Caso o contrário impugna-se o potencial direcionamento do certame.

DOS VALORES DE REFERÊNCIA

Os valores mencionados no edital estão, em sua maioria, incorretos. Além disso, alguns são claramente exorbitantes, como:

- R\$ 84.000,00 por 1 tablet;
- R\$ 101.000,00 por 1 notebook;
- R\$ 36.000,00 pelo licenciamento de 1 ano de software educacional.

Esses preços são extremamente elevados e não condizem com os valores praticados no mercado, o que pode comprometer a eficiência e a economicidade do processo licitatório. Solicitamos revisão dos valores de referência do edital.

4. DO DIREITO

Em conformidade com o artigo 5º da Lei de Licitações, são princípios expressos da licitação: legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência,

da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

Dentre eles, destaca-se o princípio da igualdade entre os licitantes, também conhecido como princípio da isonomia: a Administração Pública deve conduzir a licitação de maneira impessoal, sem prejudicar ou privilegiar nenhum licitante. Desde que preencham os requisitos exigidos, todos os que tiverem interesse em participar da disputa devem ser tratados com isonomia.

A importância da licitação para a Administração Pública está expressa no artigo 37, XXI, da Constituição da República. Assim, o referido princípio dos administrados perante a Administração Pública, ao ser aplicado à licitação pública, transmuda-se no princípio da igualdade de condições a todos os concorrentes, que adquire caráter de princípio constitucional mediante a sua inclusão no texto da Carta Magna, acima transcrito.

Assim, o referido princípio dos administrados perante à Administração Pública, ao ser aplicado à licitação pública, transmuda-se no princípio da igualdade de condições a todos os concorrentes, que adquire caráter de princípio constitucional mediante a sua inclusão no texto da Carta Magna, acima transcrito.

Em consonância com Celso Antonio B. de Mello (2004, p. 73), para o Direito Administrativo, o princípio da isonomia ou da igualdade dos administrados em face da Administração anda de mãos dadas com o princípio da impessoalidade. Em outras palavras, a igualdade refere-se não à Administração Pública em si, que representa os interesses da coletividade, supremos em relação ao interesse privado. A igualdade, em Direito Administrativo, concerne ao modo como a Administração Pública deve tratar os administrados.

Todos os dispositivos da lei de licitações ou regulamentação de um específico processo licitatório deve ser interpretado à luz do princípio da isonomia. Sobre o assunto:

“(…) Os esclarecimentos do MinC não conseguiram elidir a subjetividade da avaliação da prova de conceito, especialmente considerando-se o item 1 da primeira etapa e os itens 3 e 5 da segunda etapa, **os quais não utilizam parâmetros objetivos para a atribuição dos pontos à licitante, caracterizando infringência ao princípio do julgamento objetivo estampado no art. 3º da Lei 8.666/1993, bem como ao princípio constitucional da isonomia (…)** 36. Considerando os indícios de irregularidades relatados, que **ferem dispositivos da Lei 8.666/1993, além do princípio constitucional da isonomia**, e considerando também a exceção prevista no § 6º do art. 276 do RITCU, será proposto que o MinC adote medidas com vistas à anulação do Pregão Eletrônico 16/2014 (…)

(TCU 03019620140, Relator: ANDRÉ DE CARVALHO, Data de Julgamento: 22/04/2015)” (grifo nosso).

Apesar do julgado se referir à antiga Lei de Licitações, é certo que os princípios previstos àquela época encontram-se amparados na legislação vigente.

Assim é obrigação da Administração Pública não somente buscar a proposta mais vantajosa, mas também demonstrar que concedeu a todos os concorrentes aptos a mesma oportunidade.

5. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Solicitante:

1. **Requer-se desde logo que a disputa deixe de ser por lote, e passe a ser por itens.**
2. Caso o contrário, desde logo impugna-se o edital.
3. **Entendemos que mediante justificativa plausível, estaria aberto a futuras propostas de prorrogação de prazo de entrega por parte do licitante vencedor. Está correto nosso entendimento?**
4. **Subsidiariamente, caso o nosso entendimento não seja o mais acertado para esta Administração, o que não se espera e acredita, impugna-se, desde já, o prazo de entrega e de amostra, por ofender a ampla competitividade,**

vantajosidade e isonomia, princípios elencados no artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, de forma que haja a sua ampliação para 60 (sessenta) e 30 (trinta) dias, respectivamente.

5. Nesse sentido os eventuais fornecedores do item 03 não necessitam enviar o software do equipamento, certo?
6. Solicitamos que o órgão licitante revise o edital e adote medidas aproximadas para o item 03, de forma a incluir telas de 21.5 polegadas, permitindo a participação de mais fornecedores e assegurando a competitividade e a economicidade no certame.
7. Caso o contrário impugna-se o potencial direcionamento do certame.
8. Solicitamos revisão dos valores de referência do edital.

Nestes termos, pede deferimento.

Curitiba, 10 de outubro de 2024.



SIEG APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME
LILIANE FERNANDA FERREIRA
079.711.079-86